

A IDADE MÉDIA: UM TEMPO DE FAZER CRISTÃO

Mônica Amim¹

Resumo:

O objetivo deste trabalho é oferecer ao leitor um breve panorama dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da Idade Média. Com base nos estudos de Umberto Eco, Jacques Le Goff, Georges Duby e Jacques Heers, entre outros, tentamos mostrar como a mescla de todos estes elementos concorreram para o surgimento – em um determinado momento da História da humanidade – de uma produção cultural singular e frutífera, que influencia até hoje o imaginário ocidental.

Palavras-chave: Idade Média – Cultura Medieval – Literatura Medieval

Abstract:

The aim of this paper is to give the reader a bird's eye view of the most important aspects (social, political, economic and cultural) of the Middle Ages. Based on the studies developed by Umberto Eco, Jacques Le Goff, Georges Duby and Jacques Heers- among others – we tried to show how the combination of those elements paved the way to a rich and varied artistic and intellectual production which, no doubt, still deeply influences the western culture.

Key-Words: Middle Ages – Medieval Culture – Medieval Literature

Dentre todos os períodos pelos quais a civilização ocidental já passou, a Idade Média parece ser aquele que mais aguça a curiosidade e a imaginação do homem através dos tempos. Todos os períodos subsequentes voltaram, de alguma forma, seus olhos para a Idade Média, com maior ou menor simpatia. Do Renascimento à Modernidade, passando pelo Romantismo, o homem ocidental tentou discutir e analisar este estágio de sua história, seja para criticá-lo, seja para resgatar seus aspectos positivos.

Constatado este interesse pela Idade Média, poderíamos nos perguntar por quê. Qual ou quais seriam a(s) causa(s) que levam a civilização ocidental a se interessar por este determinado período de sua história através dos tempos? Na tentativa de responder a este questionamento, achamos conveniente citar algumas palavras de Umberto Eco:

Não se sonha com a Idade Média porque seja o passado, porque a cultura ocidental tem uma infinidade de passados (....) Mas acontece que, e já foi dito, a Idade Média representa o crisol da Europa e da civilização moderna. A Idade Média inventa todas as coisas com as quais ainda estamos ajustando as contas, os bancos e o câmbio, a organização do latifúndio, a estrutura da

¹ Graduada em Letras Português Inglês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984) e Mestra (1993) e Doutora (2006) em Literatura Comparada pela UFRJ. Atualmente é Vice-Coordenadora do Centro de Estudos Afrânio Coutinho (CEAC) da UFRJ e coordenadora do Grupo de Estudos Comparados de Literatura e Cultura (GECOMLIC), afiliado ao CEAC.

administração e da política comunal, as lutas de classe e o pauperismo, a diatribe entre Estado e Igreja, a universidade, o terrorismo místico, o processo de acusação, o hospital e a diocese, até mesmo a organização turística... E, de fato, nós não somos obcecados pelo problema da escravidão ou do ostracismo... mas sim por como enfrentar a heresia, e os companheiros que erram, e os que se arrependem, e por como se deva respeitar sua esposa e derreter-se por sua amante, porque o medievo inventa também o conceito do amor no ocidente (ECO, 1989, p.78).

Ao refletir sobre um período tão fundamental para a civilização ocidental, devemos colocar a seguinte questão: podemos discutir a Idade Média como algo uno? Pensamos que não; ousamos mesmo afirmar que este foi um dos grandes equívocos dos historiadores das correntes mais tradicionalistas. Sendo assim, acreditamos que estes quase dez séculos da história da humanidade devem ser pensados como um período rico em nuances e particularidades. Um todo, sim, mas um todo extremamente multifacetado. Logo, nos parece mais correto – seguindo a linha de pensamento de Marc Bloch, Jacques Heers, Georges Duby e Jacques Le Goff – falarmos em diferentes períodos da Idade Média ou mesmo, aprofundando alguns aspectos, em várias Idades Médias.

Por volta do século V várias províncias ocidentais do Império Romano já se encontravam bastante enfraquecidas, tanto política quanto econômica e socialmente. Abandonadas pela administração do Império, estas províncias passaram a sofrer seguidos assaltos – ao longo do século V – de povos ditos bárbaros, vindos do leste. Lembremos aqui que, para os romanos e os gregos, eram considerados bárbaros todos os povos estrangeiros, declaradamente rebeldes a sua civilização e a sua língua, geralmente nômades e de difícil adequação à civilização greco-romana, de caráter marcadamente urbano. Os embates constantes entre romanos e bárbaros levaram à aceleração do que se convencionou chamar desintegração ou declínio do Império Romano. Porém, tendo em vista os vários fatores que funcionaram como agentes deste processo e os acontecimentos dele resultantes, preferimos encará-lo não como desintegração e sim como uma adaptação das forças do Império romano às novas estruturas político-sociais e a um novo equilíbrio étnico (HEERS, J. 1988, p.11). A superioridade militar – um dos principais motivos do sucesso das invasões bárbaras – devia-se à maior rapidez e leveza não só da cavalaria das tribos, mas, também, de suas armas, dado o seu avançado domínio da metalurgia, notadamente no caso dos celtas.

Nesse contexto uma arma em especial – a espada – adquiriu destacada importância, assumindo um valor simbólico que se traduzia na sorte e no orgulho do guerreiro.

...a espada é o símbolo do estado militar e de sua virtude, a bravura, bem como de sua função, o poderio. O poderio tem um duplo aspecto: o destruidor (embora essa destruição possa aplicar-se contra a injustiça, a maleficência e a ignorância e, por causa disso, tornar-se positiva); e o construtor, pois estabelece e mantém a paz e a justiça. Todos esses símbolos convêm literalmente à espada, quando ela é o emblema do rei... símbolo guerreiro... Nas tradições cristãs, a espada é uma arma nobre que pertence aos cavaleiros e aos heróis cristãos. (Chevalier, J. & GHEERBRANT, A. 1989, p.392-293).

Posteriormente, com este valor simbólico já cristalizado no imaginário medieval, a espada terá papel de destaque nos rituais de cavalaria e será glorificada em várias canções de gesta que contavam/cantavam o amor do guerreiro por sua espada. Há, na literatura medieval, várias narrativas onde este símbolo se destaca, dentre os quais podemos citar: o Rei Artur e a sua Excalibur, Sigfried e a sua Balmung e Carlos Magno e a sua Joyeuse².

As invasões bárbaras foram responsáveis por um expressivo número de migrações humanas no interior do Império Romano. Dentre essas, as grandes migrações germânicas produziram duas importantes conseqüências: o deslocamento de todas as forças do Império (trazendo no séc. V o abandono das regiões celtas da Bretanha, que passaram a ser atacadas pelos escotos e pelos pictos) e a revolta das populações autóctones de diversas regiões – Bretanha, Gália, Espanha – que propiciou a ressurreição das tradições autóctones. Esta época, aliás, se caracteriza pelas oposições étnicas, pelos conflitos sociais, pelas complicações econômicas e pela miséria camponesa. Assim, no século V, todo o vasto Império Romano encontrava-se conturbado por revoltas agrárias, um dos principais motivos do renascimento celta. Vale lembrar que as migrações celtas foram as maiores e as mais importantes deste período. Contudo, devemos ressaltar que as mencionadas migrações germânicas para as províncias romanas do ocidente acabaram por provocar o encontro de civilizações originais e complexas, fazendo então brotar o que hoje entendemos por civilização medieval. Nesse

² Lembramos aqui a importância da personificação e da propriedade da espada para o sucesso das aventuras do guerreiro. Os heróis mencionados mantinham uma relação de grande fidelidade a suas respectivas espadas, isto é, geralmente a recebiam na juventude e esta os acompanhava por toda a vida. Quando uma destas espadas era roubada ou perdida, aquele que a utilizava dificilmente obtinha sucesso igual ao verdadeiro dono, mesmo que este a tivesse emprestado. Temos, neste caso, o exemplo de *Beowulf*, poema anglo-saxão do séc. VIII. Nele o herói Beowulf recebe emprestada do poderoso Unferth, filho de Ecglaf, uma espada denominada Hrunting. Eminente entre os tesouros dos ancestrais de Unferth e famosa por sua lâmina infalível, a espada emprestada falha exatamente quando o nosso herói dela mais precisa para combater a Mãe de Grendel (o monstro que ele havia matado), que vinha vingar o filho.

sentido, vemo-la como uma civilização de síntese, síntese esta que se traduz na soma das múltiplas contribuições bárbaras às tradições romanas.

Gostaríamos aqui de esclarecer brevemente as várias divisões e denominações sobre os diferentes períodos da Idade Média. Parece bastante esclarecedora a divisão, baseada na atual historiografia francesa, sugerida por Hilário Franco Júnior. Divide ele este longo período da história (cerca de um milênio) da seguinte forma: Primeira Idade Média (séc. IV a meados do séc.VIII), caracterizada pela convivência e pela mescla dos três elementos históricos que formaram os “Fundamentos da Idade Média”, quais sejam, Roma, os germanos e a Igreja; findo este período de interpenetração e síntese, temos a Alta Idade Média (meados do séc. VIII ao séc. X), quando se conseguiu uma certa unidade política com Carlos Magno, o que, entretanto, não bastou para impedir determinadas tendências desagregadoras que levaram à fragmentação feudal; Idade Média Central (séc. XI ao XIII), período no qual o feudalismo atingiu o seu apogeu e que também foi marcado pelo aparecimento das universidades, da literatura laica, das monarquias nacionais e pelo fortalecimento das cidades. Tivemos então, neste período, o crescimento de uma sociedade chamada pelo autor de ‘feudo-burguesa’, trazendo transformações que já apontavam para novos tempos; finalmente, temos a Baixa Idade Média (séc. XIV a meados do séc. XVI), na qual a crise generalizada do séc. XIV e os rearranjos dela decorrentes foram o prenúncio do nascimento do que se convencionou chamar Idade Moderna (FRANCO JÚNIOR, H., 1988, p.11-15).

1 – Economia, política e sociedade no ocidente medieval

A – A economia: mudanças e desenvolvimento

É inegável que o estabelecimento dos povos bárbaros marcou um certo declínio das cidades em todo o Ocidente, mas tal fato se deu de maneira muito desigual em diferentes territórios. Os estudos a este respeito apontam que a desintegração mais forte se fez sentir na Gália, e que a civilização urbana quase desapareceu na Armórica e na Inglaterra, pois as conquistas anglo-saxônicas germanizaram quase totalmente a Bretanha. Devemos esclarecer que as aldeias germânicas em sua região de origem, ao norte, diferiam completamente das cidades do tipo romano, dado que muitas dessas aldeias eram a continuação de antigas aldeias celtas, que a ocupação romana não conseguiu destruir totalmente. Temos então, na Bretanha germanizada, o abandono da língua bretã, do Cristianismo e de quase todas as cidades e *villae*. Nas outras regiões,

quase todas as cidades conservaram de alguma forma suas atividades ou, ao menos, sua estrutura e importância (HEERS, J., 1988, p.29).

Sendo assim, devemos também questionar a visão em bloco que, geralmente, se tem da economia na Idade Média como isolada, pouco desenvolvida e restrita ao sistema feudal. Mais uma vez, os diversos períodos e etapas do medievo nos demonstrarão as várias nuances deste longo período histórico no que diz respeito ao campo econômico. Porém, devemos lembrar que a prioridade na exploração da terra e uma certa fragilidade na economia de trocas foram resultado do longo empobrecimento pelo qual vinha passando o Ocidente desde os momentos finais do Império Romano. Alguns historiadores, como M. Lombard, vislumbram um certo ‘renascimento mercantil’ durante o período carolíngio, quando a reforma monetária afirmou o monopólio real (HEERS, J., 1988, p.47-49 e PIRENNE, H.1989, p.55-70; 91-108). Neste contexto, a conquista das regiões saxônicas possibilitou a abertura de vias de exploração mercantil e foi nestas rotas, estratégicas e movimentadas, que Carlos Magno implantou estações militares, centros de evangelização e postos mercantis. Contudo, cabe aqui salientar, que a terra ainda representava a principal fonte de riqueza e de poder político, sendo a *villa* o grande domínio territorial típico dos tempos carolíngios.

O enfraquecimento do Império Carolíngio facilitou novas migrações e invasões na Europa Ocidental durante os séculos IX e X. A intenção de pilhagem e espólio, e não a de dominação política, foi, durante muito tempo, o tom predominante desta nova onda de invasões. Mas o caso dos Vikings foi uma exceção: estabeleceram um tráfico de escravos, exigiram dos povos invadidos pagamento de tributos quase regulares para não pilhar e formaram Estados, de existência efêmera, que assimilaram o Cristianismo (BLOCH, M., 1987, p. 32-42). Assim, após tempos conturbados, a Europa vê a chegada do ano mil como um símbolo de reflorescimento e promessa de paz. O grande surto populacional, inicialmente causador de graves fomes – como a de 1033 –, tornou necessária a busca de novas terras e novas atividades econômicas. Derivam deste fato dois processos importantes: primeiro, os empreendimentos variados como as Cruzadas no Oriente, a Reconquista na Espanha e as conquistas alemãs em territórios eslavos; segundo, algumas transformações econômicas fundamentais como o desenvolvimento do grande comércio, o povoamento das cidades, os arroteamentos e a presença de

numerosa mão-de-obra na indústria têxtil que alimentou os tráficos longínquos (DUBY, G., 1986, p. 163-169; 179-180 e HEERS, J. 1988, p. 111-112).

Neste conjunto de transformações, observamos que do século XI ao XIII, no que diz respeito ao comércio internacional, a grande penetração mercantil que se deu no Ocidente propiciou não só uma maior utilização da moeda e o surgimento de novas atividades industriais, como também a afirmação de novas mentalidades. Destacamos aqui a importância das cidades italianas, a prosperidade de Flandres e as grandes feiras de Lille e Champagne. O desenvolvimento deste comércio a longa distância, bem como o desenvolvimento dos mercados rurais, criaram a necessidade de uma maior utilização de moedas; o comércio de dinheiro torna-se então uma das atividades mais importantes dos centros mercantis, transformando os cambistas em banqueiros, atividade na qual se especializaram principalmente judeus e sieneses pelo fato de não serem cristãos (LE GOFF, J., 1989, p. 9-32 e PIRENNE, H., 1989, p. 91-108; 109-136).

Se a Europa Ocidental era no século IX pólo de atração para os povos do Leste e do Norte, no século XI encontra-se superpovoada. Nesse momento, um dos movimentos expansionistas mais importantes do Ocidente, gerado pelo aumento demográfico, foram sem dúvida as Cruzadas, basicamente motivadas pela necessidade de conquista militar e agrária de novas terras. Não podemos, evidentemente, esquecer o forte aspecto religioso que marcou estes movimentos, o qual discutiremos mais adiante.

O mundo medieval chegou ao século XIV extremamente fracionado, dilacerado por guerras, pestes e problemas econômicos. A ‘depressão’ que se abateu então sobre a Europa não teve, entretanto, nem a mesma amplitude nem a mesma duração em todas as regiões: no Mediterrâneo foi menos profunda e a recuperação deu-se de forma mais rápida; ao Norte, notava-se certo desenvolvimento econômico na Inglaterra, na Holanda e em algumas cidades alemãs. É importante ressaltar que ao longo dos séculos XIV e XV as sociedades urbanas se adaptaram a novas atividades econômicas: novos tipos de tráfico mercantil, novos itinerários e novas técnicas comerciais, financeiras e bancárias.

Variados motivos econômicos e sociais (perseguição, peste, miséria) levaram, no final da Idade Média, ao abandono das antigas aldeias; deixando suas terras e seus bens, os camponeses ganhavam as estradas ou se refugiavam nas cidades. Este fenômeno, geral em toda a Europa Ocidental, atingiu considerável amplitude, tornando-se um dos aspectos mais importantes das transformações ocorridas na economia agrária: assim,

temos no Sul, o desaparecimento das pequenas propriedades e o desenvolvimento dos grandes latifúndios. Contudo, nem sempre o abandono e as transformações eram sinais de empobrecimento: na Inglaterra, por exemplo, a criação sedentária em latifúndios trouxe o enriquecimento das zonas rurais.

Finalmente, observamos que durante o século XV ainda se mantém ‘o espírito das Cruzadas’, visto que os cristãos ainda reúnem seus exércitos para atacar mulçumanos e infiéis. Tais empreendimentos, todavia, apresentam então um novo caráter – mais nacional – como a expansão alemã, as conquistas do Império Otomano e o êxito das regiões ibéricas com a expansão ultramarina, inicialmente para o Marrocos e Ilhas do Atlântico. Concluindo, não podemos deixar de acrescentar a estas razões econômicas para tais empreendimentos os motivos religiosos (a Cruzada como conversão), os ainda existentes entusiasmos guerreiros e o espírito empreendedor dos filhos secundogênitos em busca de fortuna, uma vez que a lei os barrava da herança familiar, legada aos primogênitos.

B – Aspectos da organização social e política na Idade Média

Após os intensos movimentos migratórios ocorridos na Primeira Idade Média, o período que se inicia a partir do século VIII merece algumas considerações quanto à organização política e social, particularmente no que concerne à ascensão de Carlos Magno e suas consequências. Tendo herdado de seu pai, na segunda metade do século VIII, o reino merovíngio, Carlos Magno torna-se em seguida (774) rei dos francos e dos lombardos. Depois de muitos conflitos, o rei franco consegue, com o Édito de 795, o entendimento com os chefes frisões e saxões, o que permitiu a progressiva assimilação, conversão e evangelização desses povos. Lembrando ainda que, nesse período, Carlos Magno enfrentou grandes problemas com os mulçumanos. Em consequência das vitórias e da expansão do reino franco ocorreu em 800 a restauração imperial: após apoiar o Papa Leão III e receber a bandeira do Santo Sepulcro enviada pelo Patriarca de Jerusalém, Carlos Magno foi aclamado, pelo povo de Roma, Imperador do romanos.

A proclamação de um novo império no Ocidente corresponde a um sentimento coletivo e à idéia política de um *imperium christianum*, isto é, um só reino no céu e um só chefe na terra. Assim, ao reino de Cristo, criador do universo, corresponde o reino de

Carlos Magno, o todo-poderoso escolhido por Deus, lugar-tenente de Cristo e intendente da Igreja (HEERS, J., 1988, p. 40-44). Cabe esclarecer, todavia, que Carlos Magno não foi um rei-sacerdote, pois apesar de interferir nos assuntos da Igreja não foi investido de poder Sacerdotal, visto que, mesmo considerando todo o cerimonial de sua coroação, a capela palatina onde esta se deu apresentava o altar de Cristo na parte Leste (lado sagrado), enquanto o trono real se localizava na parte Oeste, numa clara separação entre o sagrado e o profano (FICHTENAU, H. 1958). Em termos político-administrativos, Carlos Magno tentou estabelecer uma administração igual e centralizada para todas as regiões, visando estender as instituições francas aos países conquistados. Contudo, apesar da aparente solidez, o Império Carolíngio era frágil em sua estrutura administrativa e se mantinha fundamentalmente pelas relações pessoais de Carlos Magno, visto que sem ele passou a se desintegrar.

O enfraquecimento do Império Carolíngio propiciou uma nova onda de migrações e invasões entre os séculos IX e X. Estas novas migrações provocaram a formação de novos Estados nas regiões onde os invasores se fixaram, modificando o mapa político do Ocidente e minando a coesão do mundo cristão e a autoridade real. Uma das principais consequências desta nova leva de invasões foram as transformações ocorridas na Europa Ocidental decorrentes da necessidade de defesa. Visto que as invasões marcaram um período essencial para a formação das sociedades feudais do Ocidente, verifica-se então a consolidação do poder dos castelões que podiam oferecer abrigo fortificado aos camponeses, tornando-se, assim, os outros homens de guerra seus vassallos. Consequentemente, instalou-se uma nova ordem baseada em laços de dependência e juramentos que, aliada à emancipação dos principados regionais, constituía-se em verdadeiro obstáculo à autoridade real.

As transformações econômicas ocorridas por volta do ano mil fizeram crescer, paulatinamente, a importância de um novo grupo – os mercadores – dentro da estrutura social. Estes mercadores lançaram as sementes de uma mentalidade, diferente e particular, fora dos quadros e das mentalidades tradicionais da sociedade feudal e agrária, e se agrupavam em associações juramentadas como as guildas, confrarias ou hansas (PIRENNE, H. p. 91-108). É importante esclarecer que, ao sul, os mercadores dos grandes centros eram, quase sempre, nobres e filhos de nobres autênticos – e não burgueses – ricos em propriedades fundiárias e direitos feudais. Poucos castelos eram

encontrados nas zonas rurais e, principalmente no sul da França, os senhores feudais geralmente residiam na cidade, junto ao poder; logo não havia uma oposição marcante entre a cidade e a zona rural, ou entre a sociedade urbana e a sociedade feudal, pois neste caso a cidade era o centro do poder feudal, sendo que a aristocracia guerreira ocupava cargos políticos e, durante algum tempo, até mesmo cargos religiosos³.

Durante os séculos XII e XIII a ideia de monarquia universal enfraqueceu-se profundamente na Alemanha e na Itália: as tentativas papais e imperiais de dominação dos dois reinos e dos povos cristãos do Ocidente resultaram em sucessivos fracassos. O segundo conflito entre o Papado e o Império comprometeu a unidade dos dois reinos que se dissolveram em numerosos e minúsculos Estados. Neste período, os príncipes da Inglaterra e da França tomaram para si grande parte dos direitos feudais, instaurando então as chamadas monarquias feudais. Já o século XIV, marcado por numerosas guerras e crises, deixa as zonas rurais entregues a bandos de mercenários, assaltantes e aventureiros, sendo frequentes as destruições de aldeias e o banditismo crônico, enquanto as fomes e epidemias também se tornaram mais sérias e recorrentes. Os grandes cortes populacionais e os profundos problemas econômicos marcaram, então, as mentalidades coletivas e o sentimento religioso da época. Dentro deste quadro, a Grande Peste ou Peste Negra (1348-1349) configurou-se como uma das catástrofes mais graves do Ocidente cristão, pois sua propagação era muito rápida. A Peste Negra, tendo sido encarada como um castigo de Deus, provocou um misticismo exacerbado entre o povo, e as superstições faziam aumentar a raiva contra estrangeiros e não-cristãos (principalmente judeus). Mesmo com uma certa elevação da taxa de natalidade nos anos posteriores a 1349, a epidemia voltou a atacar de maneira inesperada, comprometendo a recuperação demográfica e criando assim uma psicose coletiva da peste, que marcou significativamente os homens e suas manifestações naquele período (HEERS, J., 1988, p. 196-198 e FRANCO JÚNIOR, H., 1988, p.25-39).

Entre o final do século XIV e o século XV as cidades modificaram suas atividades, estruturas sociais e formas de governo e passaram a acolher inúmeros imigrantes. Estes, porém, se integravam mal à cidade, formando uma plebe instável e

³ Para uma melhor compreensão das várias abordagens, ver:
HEERS, Jacques. Cit. (pp. 126-129)
PERNOUD, Régine. *As origens da burguesia*. (pp.17-33)
PIRENNE, Henri. Cit. (pp.109-136).

mal paga que era lançada à miséria e ao desemprego nas crises econômicas. Tal situação propiciava o êxito de vários pregadores e profetas que exerciam uma verdadeira ‘ditadura popular’. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de outras atividades, como a indústria e os bancos, provocou a ascensão de novos homens, fato que foi acompanhado de revoluções, guerras civis, novas constituições e medidas de exceção. Entretanto, os novos governos continuavam a ser exercidos por membros de uma aristocracia, já que em todas as grandes cidades do Ocidente as corporações de ofício, comandadas por mestres e ricos mercadores, mantinham estritos monopólios econômicos. Nesse sentido, a ‘revolução política’ do fim da Idade Média não significou a renovação da aristocracia nas cidades livres, dado que as mesmas famílias que detinham a riqueza e o poder durante gerações ininterruptas continuaram – acrescidas, contudo, de novas alianças e contribuições⁴.

Com relação ao campo, a pressão dos grandes senhores e o imposto real provocaram enorme descontentamento. Torna-se necessário esclarecer que os grandes levantes rurais são revoltas de camponeses livres (senhores de suas terras) contra os atentados à sua liberdade pessoal. Os chefes destes levantes pregavam a igualdade e o respeito à dignidade humana, daí o aspecto marcadamente religioso destas revoltas agrárias e por vezes a estreita ligação das heresias com as revoltas populares nas zonas rurais. Tais revoltas populares também eram marcadas por um sentimento messiânico: esperavam o fim do mundo, o apocalipse e um messias salvador, suscitando então ataques contra o Anticristo (geralmente o Papa) e o êxito dos falsos profetas.

Ao final da Idade Média, os soberanos do Ocidente aumentaram a centralização do poder em seus reinos e, apesar de alguns resquícios em termos de mentalidades políticas, não se pode mais falar em monarquias feudais no século XV. Desde o século XIV já se processavam, em todos os governos do Ocidente, tanto a centralização judiciária e político-administrativa, quanto o reinado dos grandes oficiais de corte, assim como também se afirmavam as principais instituições da administração central da Igreja. Estas transformações políticas acarretaram a concentração econômica e demográfica nas cidades principescas, sedes de governos e cortes, como Londres e Paris.

⁴ Os termos ‘ditadura popular’ e ‘revolução política’ são assim utilizados por J. Heers.

C – A cavalaria, o feudalismo e as monarquias feudais

O século IX foi um momento decisivo para aglutinar os elementos-chaves das estruturas políticas e instituições vassálicas, notadamente durante o governo de Carlos, o Calvo (843-877). Nesta fase, denominada Primeira Idade Feudal por Marc Bloch (BLOCH, M., 1987), ocorreram a fixação dos laços de dependência entre os nobres, o estabelecimento e costumes e regras para a nobreza, a compilação de um vocabulário político-social específico que refletia as relações feudo-vassálicas e da hereditariedade dos feudos e dos encargos, evidenciando-se então a estreita ligação entre o exercício do poder, as atividades de armas e a posse de terras. Há a seguir uma Segunda Idade Feudal, com governos regidos pelas relações de vassalagem, dos quais as monarquias feudais do século XII são os melhores exemplos. É importante, porém, lembrar que estas transformações se deram de maneira desigual nas diferentes regiões, estando o domínio geográfico do Feudalismo clássico restrito a algumas regiões, notadamente a França do Norte (BLOCH, M, 1987, p.76-89). As diferenças e/ou variações do Feudalismo clássico encontradas em diversas regiões se devem ao fato de que, geralmente, essas sociedades não eram organizadas em função da vida militar ou da exploração do solo. Os historiadores mencionam ainda os ‘feudaismos de importação’, quando se referem a regiões onde as estruturas feudais foram introduzidas ou reforçadas por conquistas – caso da Inglaterra, da Itália e da Terra Santa. São casos muito particularizados, que levaram em conta as circunstâncias da colonização e as antigas estruturas, e que, geralmente, parecem artificiais e superpostas (BLOCH, M, 1987, p. 191-203).

Temos então algumas regras e costumes que, de forma geral, mediavam as relações feudais: na cerimônia de recomendação ou homenagem o vassalo jurava fidelidade ao senhor, estabelecendo uma relação de deveres recíprocos. O vassalo recebia do senhor o benefício ou feudo, em troca deveria ser fiel e prestar ao senhor o *servicium*, que poderia ser militar ou não. Vale lembrar que a função de armas exigia prática constante, daí a importância dos torneios, onde também eram reforçados os laços de linhagem, pois dado o caráter coletivo dos combates, os parentes geralmente formavam uma esquadra onde todos se ajudavam e se sustentavam (GANSHOF, F.L,1976, p. 89-140 e LE GOFF, J. 1980, p. 325-385).

Na Inglaterra, a evolução do regime feudal ocorreu de maneira diferente. Sendo uma sociedade germânica com influências dinamarquesas em várias regiões, a implantação de um regime vassálico nos padrões francos ocorreu após a invasão normanda. Sendo assim, diversos fatores concorreram para uma evolução tardia e incerta do regime vassálico na Inglaterra, fazendo também com que lá fosse menos acentuada que nas regiões francas a distinção entre a vida guerreira e nobre e o trabalho da terra, constituindo uma sociedade de *agrarii milites*, visto que seus membros desempenhavam invariavelmente as duas atividades, sem grande distinção entre as funções (PETIT-DUTAILLIS, C. 1971, p.42-55).

Quando se discutem aspectos do regime vassálico é importante lembrar que entre os vassallos, mesmo os do rei, se encontravam homens de condições sociais variadas, e que a nobreza estava diretamente ligada à raça e ao exercício do poder (HEERS, J. 1988, p. 82-83). Nesse sentido, a nobreza medieval independia da cavalaria, visto que era uma questão de raça e não de poder militar. Assim, os nobres invocavam e glorificavam seus antepassados, constituindo um grupo fechado e coeso ao qual nenhum plebeu podia ascender. Ao assumir seus traços mais definidos, a sociedade feudal reforçou estas características da nobreza através da exaltação do homem, da solidez da linhagem e da hereditariedade de riquezas e poderes. Já o sentido da cavalaria estava, a princípio, estritamente ligado ao exercício do serviço de armas, estando o guerreiro a serviço de um grande senhor. Mais tarde, com a chegada do ano 1000 e da Paz de Deus, ocorreu, principalmente na França, uma exaltação dos valores morais e das virtudes do cavaleiro, com o aparecimento de ordens guerreiras, verdadeiras milícias de Cristo, com regras e normas próprias. Dessa maneira o cavaleiro, homem de serviço, tornou-se o combatente de Deus, e a classe dos cavaleiros se diversificou, sendo que alguns ganharam fortunas a serviço dos imperadores na Questão das Investiduras contra os papas (DUBY, G. 1989, p.3-47).

A cavalaria foi um dos eventos mais notáveis da história da Europa entre a cristianização e os tempos modernos, tanto que se transformou no tema de toda uma fase da literatura. A cavalaria como instituição, com todos os aparatos que a distinguiam, assumiu sua forma definitiva por volta do século XI, quando também se estabeleceu o hábito da cerimônia de sagração para se armar o cavaleiro. Com a crescente influência da Igreja, esta cerimônia foi, paulatinamente, transformada numa

espécie de sacramento, precedido pela vigília de armas, noite de preces e bênção das armas. É importante, porém, diferenciar dentro da cavalaria, instituição secular, as ordens cavaleirosas de caráter religioso: o grau de cavaleiro podia ser conferido a alguém por qualquer senhor feudal, obviamente com a participação da Igreja, enquanto as ordens de cavalaria eram criadas pelo Papa, e seus membros – misto de monges e guerreiros – faziam o voto de castidade no ato da sagração. Nesse contexto, as ordens militares responderam, por um lado, às necessidades de defesa; por outro lado, na Terra Santa, ordens como a dos Templários e dos Hospitalários se colocaram, desde o início, a serviço dos peregrinos e cruzados. O rápido aumento do número de irmãos e o grande afluxo de donativos tornaram essas ordens fortes e poderosas, a ponto de reis e príncipes confiarem a elas a guarda dos principais castelos. Devido a seus êxitos e ao seu prestígio essas ordens acumularam grandes fortunas, feudos e territórios que agruparam em comandaturas, e mantiveram por um longo tempo a ideia de Cruzada e de ordem cavaleiresca no Ocidente.

Finalmente, devemos aqui levantar algumas questões no tocante à relação entre cavalaria e literatura. Vejamos as palavras de Alberto Patier que focalizam exatamente esta questão:

Fica claro, pois, que não havia qualquer ordem de cavaleiros nos tempos do Rei Artur (séc. VI) e do Imperador Carlos Magno (742-814). Trata-se de meras idealizações livrescas. Quando a cavalaria se tornou florescente, no decurso dos séculos XII e XIII, quis-se enobrecer suas origens, fazendo-as remontar àqueles tempos heróicos e procuraram-se entre os guerreiros do rei bretão e os paladinos do monarca do Santo Império Romano-Germânico os paradigmas das virtudes que se proclamavam. As ordens cavaleirosas instituídas por Artur e Carlos Magno são, portanto, sonhos. Esse fato nos leva a fazer uma outra distinção... quando a cavalaria passou do plano histórico para o domínio literário. (PATIER, A. in: ESCHENBACH, W.V., 1989, p.12).

2 – O Cristianismo: a igreja e (é) o poder

Destacamos em vários momentos a importância do advento do Cristianismo e do posterior estabelecimento da Igreja como instituição, tendo em vista não só a inegável e incomparável influência da Igreja – no campo religioso, filosófico e artístico – como também, e principalmente, o papel determinante por ela exercido nas transformações sociopolíticas ocorridas então. Por volta do século V verificou-se um renascimento das antigas crenças e superstições, notadamente nas regiões da Gália e da Espanha. Dentro

desse quadro, a rápida conversão de reis e chefes ao Cristianismo se deu de forma superficial e restrita à aristocracia, principalmente em relação às regiões dominadas pelos celtas. O século VI apresentava, então, sólidas comunidades cristãs formadas em torno dos bispos nas cidades, enquanto no campo a massa da população rural continuava ligada às antigas crenças, principalmente na Gália, onde o termo *paganus* servia igualmente para designar o pagão ou o camponês.

A – A evangelização e a afirmação do Cristianismo

A fraca influência do Cristianismo no campo, no século VI, evidenciava-se também pelo número de paróquias nas zonas rurais, que eram pouquíssimas e muito isoladas; lembramos ainda que as inúmeras vidas de santos (centenas escritas em menos de três séculos), largamente utilizadas no trabalho de evangelização, demonstravam a preocupação dos bispos com a evangelização das zonas rurais. Entretanto, as conquistas do Cristianismo, em regiões como a Gália do Norte e a Germânia, não foram obras de bispos e, sim, de incansáveis monges missionários (KNOWLES, D. & OBOLENSKY, D. 1983, p. 13-22).

Neste ponto devemos lembrar o trabalho dos monges irlandeses e salientar que, com o trabalho realizado por São Patrício, a Igreja da Irlanda se tornou muito poderosa e se organizou em torno de mosteiros, que então exerciam toda a autoridade espiritual nas zonas rurais, já que eram os únicos centros de vida religiosa e intelectual, devido à ausência de cidades e de bispos. A partir do século VI, os mosteiros se multiplicaram por toda a ilha, e entre os séculos VI e VII suas escolas já acolhiam numerosos discípulos vindos da Inglaterra. Fundaram-se então grandes cidades monásticas onde, junto a abades e monges, conviviam centenas de professores, estudantes, artesãos e trabalhadores agrícolas.

Importante também foi São Bento que, já célebre entre o povo e os camponeses por seus milagres, fixou-se em Monte Cassino por volta de 529, redigindo então uma regra que, marcada pela organização e pela ordem, determinava as atribuições do abade, o uso do tempo dos religiosos e a distribuição das funções, com destaque para a participação dos monges na vida comunitária e no trabalho intelectual e manual. A regra de São Bento muito agradou ao papado, principalmente ao Papa Gregório, o Grande

(590-604), que conseguiu reorganizar a Igreja através de uma férrea disciplina, controlada por ‘visitantes’ do papa, tendo Roma assumido o papel de capital espiritual durante o seu pontificado (KNOWLES, D. & OBOLENSKY, D. 1983, p. 13-22).

Um dos aspectos fundamentais da restauração empreendida por Gregório, o Grande, foi a atividade missionária, que conseguiu reduzir bastante os particularismos, a autonomia e o poder da Igreja da Irlanda. O estabelecimento da Igreja Romana na Inglaterra causou um grande descontentamento entre os monges irlandeses, que já haviam instalado mosteiros na ilha, agravando assim a rivalidade entre as duas Igrejas, principalmente devido ao apego dos irlandeses às suas particularidades. Os missionários fiéis a São Columbano, por exemplo, mantinham as festas pagãs, de forma a não entrar em choque com as antigas práticas, celebrando-as em honra de um santo. Tal rivalidade e independência da Igreja da Irlanda em relação à política de Roma mantiveram-se até o século VII.

B- A política da (e na) Igreja

Entre os séculos X e XI eram marcantes o despreparo e a venalidade do clero, situação agravada pela dispersão dos monges com as invasões bárbaras e pela fraca penetração do Cristianismo nas zonas rurais. Em muitas regiões cada paróquia reunia várias localidades bastante afastadas, e os camponeses recebiam a comunhão apenas três vezes por ano (Natal, Páscoa e Pentecostes).

A desintegração da ordem pública, ocorrida naquele período, facilitou a dominação dos leigos sobre os bens da Igreja: soberanos nomeavam bispos e as famílias poderosas tratavam bispados e abadias como bens particulares, ligados ao patrimônio da linhagem senhorial, reunindo igrejas, terras e dízimos sob a administração senhorial. Com o clero desprovido de independência, a escolha dos poderosos para os ocupantes dos cargos recaía, normalmente, sobre pessoas indignas e espiritualmente pobres, fato que levava ao relaxamento dos costumes e à prática de vícios como a simonia e o nicolaísmo⁵.

⁵ Simonia: obtenção de um ofício divino por meio de influência ou dinheiro.

Nicolaísmo: recusa do celibato dos sacerdotes.

A religião popular neste período se mostrava bastante elementar e limitada a práticas formais, principalmente devido a um clero desinteressado da missão espiritual, pouco instruído ou iletrado e incapaz de ensinar os fundamentos religiosos. Nesse quadro, as superstições e práticas mágicas lembravam as tradições pagãs e o pouco conhecimento das escrituras favorecia uma religião mais familiar: popularizava-se o culto aos santos e às relíquias e assistia-se à multiplicação das peregrinações.

Tantos problemas exigiam mudanças enérgicas, e estas vieram com a Reforma Gregoriana, movimento simbolizado pelo Papa Gregório VII. Em apenas dois anos Gregório VII derrubou os prelados que obtiveram cargos por dinheiro e condenou as investiduras episcopais concedidas por leigos, provocando a imediata reação do Imperador Henrique IV. Foi assim que teve início a ‘questão das investiduras’, verdadeira luta pela dominação política do mundo Ocidental. O conflito das investiduras só foi resolvido em 1122, pela Concordata de Worms, ficando então estabelecida a diferença entre a investidura espiritual, dada pelo Papa, e a investidura temporal (feudos episcopais), dada pelo Imperador (KNOWLES, D. & OBOLENSKY, D. 1983, p. 179-199).

A Reforma Gregoriana contribuiu decisivamente para o reflorescimento espiritual do Ocidente cristão, propiciando a difusão de grandes escolas episcopais e abadias – como a de Cluny –, de centros de ensino e estudo da liturgia, que muito contribuíram para a elevação do nível intelectual e espiritual do clero. Lembramos que os méritos da Reforma Gregoriana não se devem apenas aos monges; o clero secular exercia considerável influência sobre a população, e suas ações eram na maioria das vezes comandadas pelo Papa. Assim, a ação do clero secular introduziu novas concepções religiosas e espirituais e estabeleceu costumes menos violentos ao condenar as guerras privadas e as pilhagens, formando ligas para a paz e impondo aos cavaleiros uma nova mentalidade e um novo gênero de vida com a Paz de Deus e a Trégua de Deus (não combater de sexta-feira a domingo) (KNOWLES, D. & OBOLENSKY, D. 1983, p. 58-64; 200-214).

C – A fé popular: os eremitas, as cruzadas e as heresias

É fundamental, para uma compreensão mais aprofundada do imaginário coletivo no medievo, refletir sobre o papel desempenhado pela religião e pela fé em relação ao povo, principalmente no tocante a sua influência na formação e afirmação de uma

determinada mentalidade política e moral. Nesse ponto, é inegável a importância dos eremitas. Cristãos, tidos como verdadeiros homens de Deus, eles abandonavam suas casas para levar uma vida errante e solitária, valorizando a pobreza e o trabalho manual. Formavam então uma espécie de ordem bem definida com longas túnicas de tecido cru, barba comprida e pés descalços. O eremita era, antes de tudo, um peregrino e, sendo nômade, atingia populações humildes e errantes – como pastores, carvoeiros e servos fugitivos – e introduzia em meio a essa massa de deserdados um novo cristianismo e uma nova religião. Conseguiram esses homens atrair multidões, visto que para o povo os eremitas possuíam poderes sobrenaturais. Em consequência disso, suas práticas e seus sermões enfraqueceram antigas devoções das crenças pagãs. A vida do eremita não era simplesmente a recusa do mundo ou da hierarquia eclesiástica; eles participaram de um verdadeiro programa de evangelização popular, geralmente apoiados ou enviados por papas como Urbano II.

Já mencionamos alguns aspectos políticos, econômicos e militares das Cruzadas; resta-nos agora lembrar o seu aspecto místico-religioso. Nesse sentido, a ideia de cruzada à Terra Santa estava diretamente relacionada ao dever de peregrinação ao túmulo de Cristo em Jerusalém, suscitando não só expedições militares como também um verdadeiro entusiasmo popular pela ideia de cruzada e peregrinação, sendo então os peregrinos vistos como os cruzados do povo. Na verdade, a ideia de peregrinação se tornou essencial para a vida religiosa e, por volta do século XI, os peregrinos movimentavam-se bastante indo a Roma, ao Monte Gargano, a San Tiago da Compostela e ao Santo Sepulcro. A todos estes fatos devemos somar as crenças populares sobre a peregrinação, tais como: as lendas sobre a peregrinação de Carlos Magno, e as possibilidades de ver maravilhas – meteoros, demônios, chuvas de cinza e de sangue – que anunciariam grandes acontecimentos. Impulsos místicos como o serviço de Deus, a salvação pessoal através de obras e da peregrinação às fontes do Cristianismo, e a espera do Messias foram os responsáveis pelo nascimento da ideia de cruzada e da cruzada popular. Dessa forma, os cavaleiros combatem por Cristo (o grande suserano) com a ajuda de uma corte celeste, formada por anjos e santos como São Miguel e São Jorge. Vale lembrar que em todo o Ocidente os cruzados – suas famílias e seus bens – se colocavam sob a proteção da Igreja, e que, durante a sua ausência, bispos e agentes do rei cuidavam de suas terras (HEERS, J., 1988, p. 161-163).

É importante esclarecer que o movimento eremítico não representou uma revolta contra a Igreja: conduzido por homens que antes foram abades ou bispos, deu origem também a novas ordens religiosas – como a de Cister, fundada por São Bernardo de Clairvaux em 1119 –, fortemente marcadas pelo ascetismo e pelas regras de organização das antigas comunidades monásticas. Contudo, os séculos XII e XIII assistiram à afirmação de várias seitas e heresias, estas sim com atitudes claramente anti-hierárquicas e hostis a Roma. Os historiadores geralmente dividem as heresias em dois grupos: a heresia oriental de caráter dogmático e filosófico, restrita a doutores e eruditos; e a heresia ocidental de caráter essencialmente popular, que conquistava pessoas pouco instruídas ou iletradas. Lembramos, porém, que as heresias não devem ser consideradas apenas movimentos populares e anárquicos: se surgiram como movimentos espontâneos e populares, posteriormente fixaram-se em verdadeiras Igrejas, com hierarquias próprias, que ultrapassavam as províncias, como os Cátaros, os Valdenses e os Albigenses⁶.

3 – Os intelectuais, os artistas e a cultura na Idade Média

As manifestações de cultura popular na época dos reinos bárbaros se opunham à cultura dos letrados e eram em grande parte revivescências de antigos temas celtas, como, por exemplo, na Grã-Bretanha durante o século VI. É sabido, porém, que as migrações bárbaras trouxeram para o Ocidente expressões artísticas novas, e que neste período as artes ditas ‘menores’ – mobiliárias ou industriais – superaram a grande escultura e a arquitetura. Esta nova arte era fortemente marcada pelas tradições nômades e pela intenção e ostentar riqueza nas armas, vestimentas e joias. O novo gosto expressava-se então através de motivos abstratos, entrelaçamentos geométricos e formas estilizadas. Esta arte era, antes de tudo, uma arte de síntese, reunindo elementos complexos e de origem variada.

É importante mencionar que, durante o reinado de Carlos Magno, condes e bispos eram instruídos no próprio palácio por sábios estrangeiros especialmente contratados

⁶ Nesse período verificamos também o aparecimento das ordens mendicantes, como os Franciscanos, as Clarissas e os Dominicanos. Sobre as heresias ver: FALBEL, Nachman. *Heresias medievais*. (pp.13-24) e KNOWLES, David & OBOLENSKY, Dimitri. Cit. (pp. 393-398).

para este fim. Nasce assim, na corte imperial, um grande movimento intelectual e literário denominado Renascença Carolíngia, sendo que neste período a arte oficial torna-se extremamente luxuosa, com destaque para as miniaturas. As ambições de Carlos Magno no campo intelectual visavam, principalmente, formar bons e instruídos bispos e administradores, dando-lhes instrumentos e textos jurídicos claros; nesse sentido os estudiosos se esforçaram em estabelecer regras gramaticais claras, baseadas em antigos modelos formais, pois a reforma da escrita – chamada ‘carolina’ – se destinava a facilitar a cópia e a leitura de textos. Tais fatos, para alguns, teriam limitado a importância da Renascença Carolíngia; é verdade, entretanto, que estes eruditos conservaram a herança romana e dos primórdios da Igreja, preparando assim um lento desenvolvimento das letras e uma lenta renovação do Cristianismo.

A – As escolas e as universidades: da escolástica à dialética

O novo ideal religioso, representado por Cluny e principalmente por Cister, ao atribuir maior ênfase à oração e ao trabalho manual marcou o declínio das escolas monásticas, e um período de ascensão e prestígio das escolas episcopais. As escolas mais célebres e mais frequentadas ofereciam um ensino mais geral (*studium generale*), e recebiam do Papa ou do Imperador o direito de concederem licença para lecionar (*licentia ubique docendi*) que eram então válidas em toda a cristandade (LE GOFF, J. 1989, p. 76-82). Lembremos ainda que nas regiões mediterrâneas, particularmente na Itália, comerciantes fundaram e/ou adotaram escolas privadas.

No que diz respeito ao ensino e à pesquisa, a Idade Média nos legou o que talvez seja uma das maiores criações medievais: a Universidade. Formadas pela fusão de pequenos grupos de estudantes que durante vários anos se ligavam a um mestre, e sustentadas pelos soberanos e pelo Papa, as universidades resistiram à tutela dos bispos e das comunas. Nelas, o ensino era organizado em duas etapas, e ministrado em faculdades, geralmente quatro: a Faculdade de Artes, onde se obtinha o bacharelado e a licença para lecionar, e mais três faculdades especializadas – Teologia, Direito e Medicina – cujos estudos eram sancionados pelo título de doutor. Estas faculdades eram dirigidas pelos deões, sendo que o deão da Faculdade de Artes era o reitor da universidade (LE GOFF, J. 1989, p. 59-67).

Durante os séculos XII e XIII o ensino permanecia essencialmente oral. Entretanto, houve, neste período, uma maior difusão do livro. Assim, o livro deixa de ser um objeto de luxo para se tornar um instrumento de trabalho, a ferramenta do intelectual. Este trabalhador do conhecimento tinha também um método, a escolástica. Fortemente baseada em textos, a escolástica compreendia várias etapas: a *lectio*, análise profunda do texto, tanto em seu sentido literal (*littera*), quanto em seu sentido lógico (*sensus*), chegando-se à compreensão total do conteúdo (*sententia*). Neste ponto, passava-se da elaboração teórica para a demonstração, visto que estas análises suscitavam a discussão, aparecendo então a dialética. Dessa maneira, a *lectio* se desenvolvia em *questio*, da discussão em torno de determinado ponto vinha a *disputatio*, que terminava com a *determinatio*, conclusão do mestre sobre o objeto da discussão. Neste momento não poderíamos deixar de mencionar Pedro Abelardo, tido como ‘o cavaleiro da dialética’, segundo Paul Vignaux. Grande destaque do meio intelectual parisiense da época, Mestre Abelardo foi, no século XII, o primeiro professor no sentido moderno do termo. Sempre levantando ideias e provocando o debate, fez de sua vida uma verdadeira cruzada intelectual.

Reunindo a razão, a autoridade e argumentos científicos a escolástica representou um progresso intelectual importantíssimo para o período, visto que a teologia passou a recorrer à razão em suas argumentações, transformando-se assim em uma ciência. Temos aí a união do binômio razão-fé, com grande destaque no campo intelectual para teólogos como Guilherme de Auvergne, São Tomás de Aquino e Santo Anselmo (LE GOFF, J. 1989, p. 72-78).

B – A arte medieval: o românico e o gótico

O renascimento espiritual, que tomou impulso a partir do século XI, correspondeu a um renascimento artístico, bem representado pela arte românica. A arte românica mesclou e renovou elementos das antigas tradições de Roma, das expressões bárbaras da Alta Idade Média e da arte cristã do Oriente. Entretanto, durante os séculos XII e XIII o desenvolvimento das cidades provocou o aparecimento de novas estruturas sociais e novas mentalidades coletivas, que se refletiram em diferentes correntes espirituais e artísticas. Os grandes contrastes entre as condições de vida dos trabalhadores e dos burgueses, nobres e comerciantes eram enormes e suscitaram novas

discussões na Igreja e no meio artístico e intelectual: a proliferação de seitas, heresias e ordens religiosas constitui o testemunho da renovação de ideias. Nesse contexto a arte gótica veio expressar uma concepção e uma estética bastante diferentes das representadas pelas tradições românicas (FOCILLON, H. 1980, p. 15-70 e HAUSER, A. 1980, p. 313-328).

Assim, o gótico – que utilizou alguns elementos do românico nórdico, como as estruturas de madeira mais leves e mais iluminadas – é considerado por muitos uma arte da realeza, visto que se afirmou no início do domínio real e progrediu juntamente com o avanço da administração real, notadamente na França. Nesse período, a arte urbana correspondeu ao grande desenvolvimento das cidades, da vida econômica, da riqueza, da atividade espiritual e artística. As grandes catedrais, um dos principais elementos da nova civilização urbana que então florescia, permitiam as cidades afirmarem sua influência e seu prestígio sobre as zonas rurais vizinhas, já que não eram simplesmente um local de culto e davam lugar a várias manifestações artísticas e culturais, como os festivais e a encenação de peças religiosas. Sendo a manifestação de uma arte cidadina, a catedral traduzia a mentalidade e as aspirações do novo meio social, da mesma maneira que a concepção do gótico traduzia uma nova espiritualidade, na qual a altura dos edifícios e a procura da luz faziam da catedral a imagem tangível de uma Jerusalém celeste (FOCILLON, H. 1980, p. 161-209 e HEERS, J. 1988, p. 155).

O século XIV encontrou os artistas das cidades trabalhando principalmente para príncipes e burgueses, e miniaturistas, pintores e joalheiros – que são a esta altura artesãos profissionais e não mais monges – agrupados em corporações de ofício. Afirmaram-se, assim, a princípio, as artes de ornamentação e recreio, com destaque para os móveis, as tapeçarias e as iluminuras dos Livros de Horas. Ainda neste período, as confrarias e as corporações de ofício provocaram o desenvolvimento de uma arte popular nas cidades, de inspiração muito específica, com estátuas de madeira para oratórios e procissões. Estas confrarias e corporações também contribuía com mão de obra e ajuda financeira para a realização de peças religiosas diante dos portais das igrejas e, posteriormente, nas praças públicas (HAUSER, A. 1980, p. 329-338; 339-353).

C – A literatura na Idade Média: o lugar dos cavaleiros

Revista ComparArte, Rio de Janeiro, Volume 01, Número 01, Jan.-Jun 2017.

Vários fatores – históricos, econômicos, políticos e sociológicos – influenciaram fortemente a produção literária na Idade Média; assim, nos parece extremamente difícil traçar um resumo de sua formação e elaboração devido à diversidade da matéria literária ao longo destes dez séculos de história. Nesse sentido, as sucessivas invasões e migrações (com suas complexas consequências culturais), a estrutura social, a estrutura política feudal, as Cruzadas e a constante influência da Igreja formavam o cenário para este extenso período histórico. Dessa forma, nos parece que a literatura da Idade Média refletiu razoavelmente a vida social, os costumes e o pensamento do período, e até estimulou, de certa maneira, a ação (através da tentativa de imitar e igualar os feitos dos heróis), já que para muitos a Idade Média é também a idade do romance, e as histórias que entretinham as audiências dos séculos XI, XII e XIII ainda atraem os leitores do século XXI.

Entre o final da Antiguidade Clássica e a primeira metade do século XI, a literatura laica da época era eminentemente oral, compreendendo as *fabulae* (contos) e as canções amorosas, entre outras, e era, em geral, condenada pela Igreja. Sendo a produção escrita privilégio dos mosteiros, as formas de expressão – obras de copistas – tinham intenções predominantemente didáticas e apologéticas, tais como as narrativas hagiográficas, os poemas litúrgicos e os hinos. Todavia, já a partir da segunda metade do século XI a produção literária se apresentava mais variada, tanto em suas intenções quanto em termos estéticos, apesar da ainda forte presença de uma literatura de propósitos meramente didáticos. Esta literatura estava representada, principalmente, pelos lapidários, bestiários, poemas sacros, drama litúrgico (cantado em latim e representado dentro da igreja), drama religioso (representado fora da igreja, em língua vernácula, como os mistérios e os milagres), autos e moralidades⁷.

Havia também uma produção com propósitos mais artísticos e satíricos, como o teatro cômico (*Le Jeu de La Feuillée*, século XIII), os fabliaux (*Roman de Renart*,

⁷ É interessante ressaltar aqui as distinções feitas por Richard Axton. Há uma passagem bem clara do drama litúrgico representado em latim e dentro da igreja para o drama religioso. No caso do drama religioso, representado em língua vernácula, é necessário esclarecer o seu movimento para fora da igreja. Este era, inicialmente, representado nos portais das igrejas e, posteriormente, devido às proporções atingidas, passa a ser representado nas praças públicas. Lembramos ainda, no que se refere ao drama religioso, que a diferença entre mistérios e milagres se fez sentir mais marcadamente na França, o mesmo não ocorrendo na Inglaterra, onde estes termos eram usados indistintamente. Para um esclarecimento mais aprofundado ver: AXTON, Richard. *European drama of the early Middle Ages*.

séculos XII-XIII), a poesia alegórica (*Roman de la Rose*, século XIII), e os poemas líricos dos goliardos em tom de sátira política e anticlerical. Neste período a literatura puramente ficcional compreendia: a lírica trovadoresca, as baladas, a poesia épica – com as sagas escandinavas e as canções de gesta francesas –, e a narrativa novelesca (romance cortês e o romance de aventura). É importante notar que enquanto o grande centro de elaboração da poesia lírica medieval foi a Provença, no sul da França, o nascimento das canções de gesta deu-se ao norte da França. Lembramos ainda que a lírica trovadoresca e o romance cortês – que se constituíram nos dois maiores acontecimentos da literatura no século XII – foram largamente difundidos em quase todas as literaturas europeias.

Dominada por elementos heróicos, feudais e guerreiros, a canção de gesta, com a influência provençal e bretã, derivou posteriormente para o romance cortês. Neste mesclavam-se então elementos variados, como a glória pessoal, o amor, o gosto pelo maravilhoso, o heroísmo guerreiro e as aventuras fantásticas; e estas estórias tornaram-se responsáveis pela formação de vários ciclos lendários na literatura da Idade Média. Segundo Jessie Weston, Jean Bodel aponta como sendo três as matérias dos romances medievais: a da França, a da Bretanha e a de Roma. Para os povos europeus falantes das línguas chamadas *romances* – intermediárias entre o latim e as línguas neolatinas – os temas mais importantes destas três matérias se relacionam a Carlos Magno, ao Rei Artur e a Alexandre, o Grande, desatacando-se os dois primeiros (WESTON, J. 1929, p. 815).

Se o Rei Artur tivesse realmente existido, ele teria precedido historicamente Carlos Magno em três séculos. O Ciclo Carolíngio é formado por setenta ou oitenta canções de gesta, sendo que os romances que tratam do próprio Carlos Magno são inteiramente ficcionais, exceto a *Canção de Rolando* que, além de ser o texto mais antigo do ciclo, é o único da gesta do rei com fundamento histórico. A independência e a lealdade são inerentes aos heróis deste ciclo, estando também os personagens fortemente marcados pelo aspecto belicoso, pois estão sempre em luta, seja contra os inimigos do Cristianismo, seja contra algum suserano despótico. Estas canções são na verdade canções do Feudalismo e, em geral, refletem as condições sociais predominantes naquele período, tornando-se, nesse sentido, históricas; lembramos ainda que Joseph Bédier conseguiu levantar cinquenta e cinco personagens do Ciclo Carolíngio que representam figuras históricas.

Jessie Weston discute em seu trabalho a tese de Bédier e suas controvérsias sobre a origem da canção de gesta (WESTON, J. 1929, p. 822-824). Para Bédier, as origens das canções estavam ligadas às grandes rotas de peregrinação e seus estágios, aos santuários onde os fiéis adoravam relíquias e aos grandes centros e feiras anuais, chamando a atenção para a exploração das lendas locais pelas confrarias de menestréis e pelo clero dos centros religiosos. De nossa parte, tendemos a concordar em grande parte com as hipóteses de Bédier, já que elas destacam a importância vital das estradas de comunicação internacional na vida social, comercial, literária e artística da Idade Média. Por isso, as canções de gesta devem ser encaradas como verdadeiros romances populares, compostas para um público razoavelmente vasto e heterogêneo – e não apenas para o interesse de uma classe –, que participava das cruzadas, das peregrinações e das feiras anuais da Igreja. Dessa maneira, as canções de gesta são documentos que ajudam a iluminar vários aspectos da vida daquele período, sendo que seus temas – o zelo pela fé cristã, a lealdade ao senhor soberano e a resistência às arbitrariedades do senhor feudal – eram não só de grande apelo, como também de fácil compreensão pelo público, visto que faziam parte de sua vida diária. Este é igualmente o motivo da grande popularidade e da grande quantidade de romances sobre Carlos Magno para além da França, pois estas histórias constituíam também forte apelo para o resto do público europeu, que vivia em condições sociais e religiosas semelhantes às dos franceses.

Aliás, nos parece fundamental entender as características e o funcionamento do sistema feudal para entender o espírito da canção de gesta, um sistema que ligava todos os níveis da sociedade por uma corrente recíproca de deveres e de responsabilidades: os nobres prestavam serviço ao soberano e este dava proteção aos vassalos. Estabelece-se, assim, um princípio que perpassa toda a escala social: a proteção vinda do topo da pirâmide social em contrapartida ao serviço oriundo da base da pirâmide. A este respeito, nos parece bastante esclarecedora a descrição deste corpo social feita por Georges Duby. Segundo ele, a sociedade dividia-se então em três ordens claramente definidas: a dos *oratores* (representada pelo clero), a dos *bellatores* (representada pela nobreza e pela cavalaria), e a dos *laboratores* (representada pelos trabalhadores).

Três ordens são, cada uma por si, cavaleiros, clérigos e vilões

...

Cada ordem sustém as outras duas e cada ordem mantém as outras⁸.

Entretanto, ao entrar em contato com as estórias da Matéria da Bretanha, é possível notar uma mudança de atmosfera, como se passássemos do mundo da realidade para o mundo do puro romance. Mesmo considerando os exageros sobre os feitos de alguns personagens das canções de gesta, suas atividades são as normais do homem da época, enquanto nas estórias do Ciclo Arturiano nos encontramos num mundo de ilusão e magia, lembrando que a base histórica do Ciclo Arturiano é bastante escassa e discutível (WESTON, J. 1929, p. 824-825). Os dois ciclos, o de Carlos Magno e o de Artur, são praticamente contemporâneos, porém lembramos que a lenda arturiana se formou antes do século XI e já circulava em várias regiões, até na Itália, quando, por exemplo, *A Canção de Rolando* estava sendo composta para edificar as peregrinações e as cruzadas contra os mouros. Note-se ainda que, para parte da crítica literária, os poemas arturianos ingleses apresentam uma versificação mais elaborada, e que os romances do Ciclo Arturiano como um todo demonstram uma maior consciência literária por parte dos autores, diferentemente dos pertencentes ao Ciclo Carolíngio. Os autores do Ciclo Arturiano, aliás, são geralmente conhecidos, como Chrétien de Troyes e Robert de Boron, e buscavam respaldo para suas estórias em outros autores igualmente famosos; além disso, muitos deles trabalhavam sob o patrocínio de nobres ou do próprio rei da Inglaterra, o que os diferenciava bastante dos autores do Ciclo Carolíngio, quase sempre menestrelis anônimos. Nesse sentido, os autores e o público do Ciclo Arturiano pertencem à corte, a um meio real e senhorial, sem dúvida mais refinado e mais sofisticado que o público das canções de Carlos Magno; podemos dizer, se seguirmos esta linha de raciocínio, que a literatura do Ciclo Arturiano reflete o espírito exclusivo e aristocrático das ordens cavaleirescas. Finalmente, gostaríamos de salientar que, apesar das várias diferenças, os dois ciclos são registros extremamente interessantes das condições sociais então existentes.

Para concluir, não podemos esquecer que o modo de ser e o ritmo das formas literárias medievais foram resultantes de uma multiplicidade de fatores. Dentre estes, destacamos como principais: os sociológicos, sendo o mais importante a divisão da sociedade em três ordens; os filosóficos, que por algumas vezes opunham e por outras

⁸ DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. (p.299, citando Benedito de Saint-Maure).

uniam o binômio razão-fé; os religiosos, principalmente a influência do culto Mariano sobre a poesia e a influência da Igreja – enquanto instituição – sobre a cavalaria que propiciou a variante do Ciclo do Graal; finalmente, os fatores étnicos, como o fundo céltico da matéria cavaleiresca.

BIBLIOGRAFIA

- 1) AXTON, Richard. *European drama of the early Middle Ages*. London, Hutchinson University Library, 1974.
- 2) CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Trad: Vera da C. e Silva, Raul de S. Barbosa, Angela Melin e Lúcia Melin. Coord: Carlos Sussekind. 2ª ed. R.J., José Olímpio Editora, 1989.
- 3) BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Trad: Liz Silva. 28 ed. rev. Lisboa, Edições 70, 1987. (Col Lugar da História nº 6).
- 4) DUBY, Georges. *A Sociedade cavaleiresca*. Trad: Antonio de Pádua Danesi. 1ª ed. S.P., Martins Fontes, 1989. (Col. O Homem e a História, nº 6)
- 5) _____. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Trad: M⁸ Helena Costa Dias. Lisboa, Editorial Estampa, 1982. (Imprensa Universitária nº 22)
- 6) _____. *O ano mil*. Trad: Teresa Matos. Lisboa, Ed. 70, 1986. (Col. Lugar da História, nº 8)
- 7) ECO, Umberto. *Arte e beleza na estética medieval*. Porto Alegre, Globo, 1989.
- 8) _____. *Sobre os espelhos e outros ensaios*. Trad: Beatriz Borges. R.J., Nova Fronteira, 1989.
- 9) ESCHENBACH, Wolfram von. *Parsifal*. Trad. e introd.: Alberto Ricardo S. Patier. 1ª ed. Brasília, Thot Liv. E Ed. Esotérica, 1989.
- 10) FALBEL, Nachman. *Heresias medievais*. S.P., Perspectiva, 1977. (Col. Khronos, nº 9)
- 11) FICHTENAU, H. *L'empire carolingien*. Paris, Payot, 1958.
- 12) FOCILLON, Henri. *A arte do ocidente: a Idade Média românica e gótica*. Trad: José Saramago. Lisboa, Ed. Estampa, 1980. (Col. Imprensa Universitária, nº 11)
- 13) FRANCO Jr., Hilário. *A Idade Média: nascimento do ocidente*. 2ª ed. S.P., Brasiliense, 1988.
- 14) GANSHOF, F.L. *O que é o feudalismo?* Trad: Jorge B. de Macedo. 4ª ed.

- Sintra, Pub. Europa-América, 1976. (Col. Saber, nº 76)
- 15) HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. São Paulo, Mestre Jou, 1972-1980. vol. 1.
- 16) HEERS, Jacques. *História medieval*. Trad: Tereza Aline P. de Queiroz. 5ª ed. R.J., Bertrand Brasil, 1988
- 17) KNOWLES, David e OBOLENSKY, Dimitri. *Nova história da igreja: a Idade média*. vol. II. Trad: João Fagundes Hauck. 2ª ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 1983.
- 18) LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. Trad: Rogério S. Muoio. 2ª ed. S.P., Brasiliense, 1989.
- 19) _____. *Os intelectuais na Idade Média*. Trad: Mª Júlia Goldwasser. 2ª ed. S.P., Brasiliense, 1989.
- 20) _____. *Para um novo conceito de Idade Média; tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Trad: Mª Helena da Costa Dias. Lisboa, Editorial Estampa, 1980. (Col. Imprensa Universitária, nº 14)
- 21) PERNOUD, Régine. *As origens da burguesia*. Trad: F.S. 2ª. Lisboa, Europa-América, 1973. (Col. Saber, nº 5)
- 22) PETIT-DUTAILLIS, Charles. *La monarchie féodale en France et en Angleterre*. Paris, Albin Michel, 1971. (Col. L'évolution de l'humanité, nº 29)
- 23) PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Trad: Carlos Montenegro Miguel. Sintra, Pub. Europa-América, 1989. (Col. Saber, nº 51)
- 24) WESTON, Jessie. "Legendary cycles of the Middle Ages", in: *The Cambridge medieval history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1929, volVI, chap. XXV.